

E. R. SOROCABA

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

**COVIDENCE BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE
EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA LTDA.**

**CNPJ/MF nº 17.636.892/0001-14
NIRE Nº 3522725278-0**

Pelo presente instrumento particular os abaixo assinados, COVIDENCE A/S, sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da Dinamarca com registro CVR-Nº 30492765, com sede na matriz, Strandvejen Nº 2A, DK-8410 Roende, Dinamarca, e inscrita junto ao CNPJ/MF sob o nº 17.486.282/0001-81, neste ato representado por seu bastante procurador e representante da sociedade **PER ESBEN LERDRUP OLSEN**, dinamarquês, casado, nascido aos 06/05/1952, empresário, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE nº W695367-N-SE/DPMF/DPF, e do CPF/MF nº 885.937.708-00, residente e domiciliado na cidade de Sorocaba – SP, à Rua Mario Guilherme Notari, nº 880 – Condomínio Rancho Dirce - CEP 18016-630, e **PER ESBEN LERDRUP OLSEN**, acima qualificado, únicos quotistas da sociedade empresarial que gira sob a denominação de **COVIDENCE BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA LTDA.**, com sede na cidade de Sorocaba-SP à Rua Riachuelo, nº 460 – sala 1102, Vila Adonias – CEP 18035-330, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3522725278-0, em sessão de 25/01/2013, resolvem neste ato alterar seu Contrato Social nos seguintes termos e condições:

Item 1: O quotistas decidem alterar o caput da Cláusula 4ª do Contrato Social, sendo:

i) Aumentar o capital social dos atuais R\$ 150.731,39 (cento e cinquenta mil, setecentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos) para R\$ 261.090,63 (duzentos e sessenta e um mil, noventa reais e sessenta e três centavos), correspondente a um aumento de R\$ 110.359,24 (cento e dez mil, trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e quatro centavos), totalmente integralizado pelo sócio Covidence A/S com anuência do sócio minoritário.

ii) Em decorrência desta modificação o caput da Cláusula 4ª do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

Cláusula 4ª; O capital social, totalmente subscrito, é no valor de R\$ 261.090,63 (duzentos e sessenta e um mil, noventa reais e sessenta e três centavos) divididos em 26.109.063 (vinte e seis milhões, cento e nove mil e sessenta e três) quotas iguais com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os quotistas:

<i>Covidence A/S</i>	<i>26.108.963</i>	<i>261.089,63</i>
<i>Per Esben Lerdrup Olsen</i>	<i>100</i>	<i>1,00</i>
<i>Total do capital Social</i>	<i>26.109.063</i>	<i>261.090,63</i>

Item 2: As demais cláusulas do Contrato Social não modificadas por esta 3ª Alteração do Contrato Social, permanecem vigentes.

Item 3: Os quotistas, por último, decidem consolidar o Contrato Social que passa a ter a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL

DO NOME EMPRESARIAL, ENDEREÇO DA SEDE, FILIAIS, FORO

Cláusula 1ª; A Sociedade girará sob a razão social de **COVIDENCE BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE VIGILÂNCIA LTDA.**

Parágrafo Único: A Sociedade poderá usar o nome fantasia “**COVIDENCE BRASIL**”.

Cláusula 2ª; A sociedade tem sua sede e domicílio à Rua Riachuelo, nº 460 – sala nº 1102, Vila Adonias, CEP 18035-330, na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, podendo estabelecer filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação dos quotistas que representem a maioria do capital social e observando as disposições legais vigentes.

Cláusula 3ª; A Sociedade tem por foro a comarca de Sorocaba, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste contrato.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4ª; O capital social, totalmente subscrito, é no valor de R\$ 261.090,63 (duzentos e sessenta e um mil, noventa reais e sessenta e três centavos) divididos em 26.109.063 (vinte e seis milhões, cento e nove mil e sessenta e três) quotas iguais com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma, assim distribuídas entre os quotistas:

Covidence A/S	26.108.963	261.089,63
Per Esben Lerdrup Olsen	100	1,00
Total do capital Social	26.109.063	261.090,63

Parágrafo Primeiro: O aumento ou a redução do capital da Sociedade somente poderá ocorrer após o mesmo ter sido totalmente integralizado e somente será feito mediante aprovação dos sócios representando pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Parágrafo Segundo: Os sócios terão direito de preferência no caso de aumento do capital social, na proporção de suas respectivas quotas, desde que referido direito de preferência seja comunicado dentro de 30 (trinta) dias após a deliberação de referido aumento de capital social.

Parágrafo Terceiro: Cada grupo de 100 quotas confere aos sócios direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais, que sempre serão tomadas de acordo com o quorum estabelecido por lei ou neste contrato social.

DA RESPONSABILIDADE DOS QUOTISTAS

Cláusula 5ª: A responsabilidade dos sócios limita-se ao valor das suas respectivas quotas, sendo todos solidariamente responsáveis pela integralização do capital social subscrito e não integralizado, conforme o artigo 1.052 do Código Civil, não respondendo pelas obrigações sociais, nem mesmo subsidiariamente, observadas as normas vigentes aplicáveis, inclusive na hipótese de liquidação da Sociedade.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 6ª: A Sociedade tem por objeto social:

- (a) Importação e comercialização por atacado de câmeras de vigilância e monitoramento, suas partes e acessórios.
- (b) Consultoria, desenvolvimento e serviços para sistemas de vigilância e monitoramento por câmeras.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 7ª: O prazo de duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 8ª: A administração da sociedade caberá ao sócio PER ESBEN LERDRUP OLSEN, sob a denominação de sócio-administrador, com os poderes e atribuições de realizar todas as operações para a consecução de seu objeto social, representando a sociedade ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo o seu exercício isoladamente.

Cláusula 9ª: O sócio-administrador poderá receber remuneração mensal a ser estipulada pelos sócios representantes da maioria do capital social. Essa remuneração deverá ser inserida na conta de despesas gerais da Sociedade.

Cláusula 10ª: O sócio-administrador fica autorizado a usar o nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos demais sócios.

Cláusula 11ª: O sócio-administrador ou cotista, quando impedidos do exercício da administração, ficam autorizados a nomearem procurador para representá-los, devendo o instrumento de procuração especificar o prazo e quais os atos a serem praticados pelo procurador.

Cláusula 12ª: O sócio administrador ou cotistas poderão nomear administradores não integrantes do quadro societário, por instrumento de alteração contratual, assinado por todos os sócios, comprovando a unanimidade dos mesmos.

Cláusula 13ª: Qualquer ato praticado por qualquer sócio, administrador, procurador ou empregado da Sociedade que a envolva em obrigações ou responsabilidades distintas dos negócios e transações incluídas em seu objeto social, será expressamente inválido e deve ser considerado nulo e sem qualquer efeito com relação à Sociedade.

DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 14ª: As deliberações dos sócios poderão ser tomadas mediante simples alteração do contrato social, por reunião de sócios ou por resolução dos sócios quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria objeto de deliberação, dispensando, em qualquer caso, as formalidades de publicação das atas de reunião e demais documentos societários, exceto quando expressamente exigido pelas leis aplicáveis ao tipo jurídico das sociedades limitadas.

Parágrafo Primeiro: As reuniões dos sócios poderão ser convocadas pelo Administrador ou pelos sócios, sempre que se fizerem necessárias ou nos casos determinados em lei, mediante cartas, correios eletrônicos ("e-mails"), fac-símile ou por qualquer outro meio escrito que os sócios decidam utilizar, ficando dispensadas as formalidades de convocação previstas no artigo 1.152, § 3º, do Código Civil quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estarem cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo: As reuniões dos sócios poderão ocorrer fisicamente ou por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

Parágrafo Terceiro: Os sócios deverão reunir-se ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social com o objetivo de: (i) tomar as contas dos administradores da Sociedade e deliberar sobre o balanço patrimonial e a conta de resultado econômico da Sociedade; (ii) designar administradores, quando for o caso; (iii) tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Quatro: As reuniões serão presididas por sócio, administrador ou terceiro designado pela maioria dos presentes, cabendo ao presidente da reunião a escolha do secretário.

Parágrafo Quinto: Os sócios dispensam a necessidade de lavratura das atas das reuniões e de qualquer outro documento societário em livros societários.

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Cláusula 15ª: As quotas não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o prévio consentimento por escrito dos outros sócios representando a maioria do capital social da Sociedade.

Parágrafo Único: As quotas representativas do capital da Sociedade são indivisíveis, inclusive para fins de cessão e transferência, não sendo válidas cessões e transferências parciais de referidas quotas.

DA RETIRADA DE QUOTISTAS

Cláusula 16ª: No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar os outros por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e seus haveres, apurados em balanço especial, serão reembolsados em parcela única e o pagamento do mesmo efetuado no prazo de 30 (trinta) dias da data do balanço especial.

DA EXCLUSÃO DE QUOTISTA

Cláusula 17ª: A exclusão de qualquer sócio poderá ocorrer por justa causa mediante decisão dos sócios representantes da maioria do capital social e deverá ser realizada por meio de alteração do contrato social, caso referido sócio não cumpra com suas obrigações, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil.

Parágrafo Único: Atos de inegável gravidade, que se qualificam como justa causa, capaz de dar causa a exclusão dos sócios, podem ser entendidos como os seguintes:

- (a) Não cooperar ou criar embaraços injustificados para a consecução das políticas ou estratégias de interesse da Sociedade, tais como definidas pelos sócios representantes de mais de 50 % (cinquenta por cento) do capital social; e/ou
- (b) O sócio que exercendo o cargo de sócio-administrador, ou na qualidade de sócio, furta-se ao cumprimento das obrigações fixadas na esfera de sua competência; e/ou
- (c) O sócio que apresentar conduta desleal, quer seja em termos de concorrência no âmbito do objeto social da Sociedade, quer seja fomentado a desarmonia entre as demais; e/ou
- (d) Não integralizar o capital social no prazo estabelecido no contrato social e/ou na notificação recebida para tanto dos outros sócios.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 18ª: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do *Inventário*, do *Balanço Patrimonial* e do *Balanço de Resultado Econômico*, no prazo legal, em reunião de sócios, especialmente convocada para este fim.

Cláusula 19ª: A critério dos sócios, no decorrer de cada ano, poderão ser levantados Balanços e Demonstrações Financeiras intermediárias.

DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E PERDAS

Cláusula 20ª: A participação de cada sócio nos lucros e perdas é correspondente a sua exata proporção das respectivas quotas.

Cláusula 21ª: O lucro líquido anualmente apurado permanecerá em lucros suspensos para futuro aumento de capital ou, a critério, será distribuído entre os sócios proporcionalmente às quotas de capital de cada um.

Cláusula 22ª: A sociedade poderá levantar Balanço Patrimonial em períodos inferiores a um ano e o lucro apurado nestas demonstrações intermediárias terá o destino que os sócios decidirem.

DA LIQUIDAÇÃO E DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 23ª: A Sociedade será liquidada de acordo com os eventos previstos em lei, ou será dissolvida conforme determinação dos sócios representantes de pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

Cláusula 24ª: No evento de liquidação ou dissolução da Sociedade, os sócios nomearão uma pessoa residente no país que conduzirá a liquidação ou dissolução. Nesse caso, os bens da Sociedade serão destinados ao pagamento de dívidas de responsabilidade da Sociedade, sendo o restante dividido entre os sócios na proporção do número de quotas que cada um possuir.

Cláusula 25ª: No caso de [morte], falência, retirada, dissolução ou exclusão de qualquer sócio, a Sociedade não será dissolvida, podendo continuar a existir com o(s) sócio(s) restante(s), a menos que os sócios representantes da maioria do capital social decidam liquidar a Sociedade, observado o disposto no parágrafo 2º desta cláusula. Os bens pertencentes ao sócio [de cujus], falido, retirante, dissolvido ou excluído deverão ser calculados com base no último Balanço Social realizado na Sociedade, devendo ser corrigidos monetariamente com base no Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas ("IGP/FGV") e, em caso de extinção ou inaplicabilidade, a correção monetária deverá ser feita com base em outra taxa que corresponda e/ou substitua o IGP/FGV.

Parágrafo Primeiro: O valor devido ao sócio [de cujus], falido, retirante ou dissolvido será pago em até 3 (três) meses a contar da data do evento.

Parágrafo Segundo: O valor devido ao sócio excluído será pago em até 60 (sessenta) meses a contar da data do registro do ato societário de exclusão do sócio perante o órgão competente.

DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

Cláusula 26ª: O contrato social poderá ser alterado, a qualquer tempo, por determinação dos sócios representantes de pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social.

DA TRANSFORMAÇÃO

Cláusula 27ª: A Sociedade poderá ser transformada de um tipo jurídico em outro mediante decisão dos sócios representantes da maioria do capital social.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Cláusula 28ª: A Sociedade será regida pelas disposições do Código Civil e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo Único: Os sócios adotam, no que for compatível e não convencionado expressamente em contrário, respeitadas as normas de ordem pública próprias do tipo jurídico, a regência supletiva pela Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei nº 10.303/01 ("Lei das Sociedades Anônimas").

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 29ª: O Sócio-Administrador ora nomeado declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, a propriedade.

E por se acharem de comum acordo, em tudo quanto neste instrumento foi lavrado, as partes obrigam-se a cumprir o presente instrumento contratual, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor, com arquivamento da primeira via na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Por derradeiro a Sociedade declara ter arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, os seguintes atos societários.

<u>Data</u>	<u>Ato</u>	<u>Nº Arquivamento</u>	<u>Data</u>
25/01/13	Contrato de Constituição	3522725278-0	25/01/13
22/02/13	1ª Alteração de Contrato	61.321/13-8	22/02/13
09/05/13	2ª Alteração de Contrato	154.351/13-1	14/05/13

Sorocaba, 24 de abril de 2014.

CONTRATANTES:


Covidence A/S

p.p. Per Esben Lerdrup Olsen

RNE nº W695367-N-SE/DPMAF/DPF

CPF nº 885.937.708-00


Per Esben Lerdrup Olsen

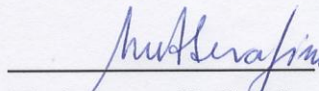
RNE nº W695367-N-SE/DPMAF/DPF

CPF nº 885.937.708-00


TESTEMUNHAS:


João Ribeiro Monteiro Filho

RG. 5.167.368-X SSP-SP


Maria Aparecida Serafim

RG. 8.264.817-SSP-SP


Visto da Advogada

Selma Regina Olsen

OAB/SP 95.549

